

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CUIDADO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO E AS MULHERES RURAIS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO P1MC

MARIELLE EDEN PALMEIRA DO NASCIMENTO

ANDREA BUTTO

RESUMO

A região semiárida brasileira enfrenta escassez hídrica, onde as mulheres rurais, gestoras essenciais da água, têm seu trabalho invisibilizado. O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) reduz desigualdades ao fornecer infraestrutura hídrica, aliviando a carga feminina e promovendo equidade de gênero. O estudo traz uma reflexão da contribuição do P1MC na convivência sustentável com o semiárido e na redução das disparidades entre homens e mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres rurais; políticas públicas; P1MC

ABSTRACT

The Brazilian semi-arid region faces water scarcity, where rural women, who are essential water managers, have their work made invisible. The One Million Cisterns Program (P1MC) reduces inequalities by providing water infrastructure, alleviating women's burdens and promoting gender equity. The study reflects on the contribution of P1MC to sustainable coexistence with the semi-arid region and reducing disparities between men and women.

KEYWORDS: rural women; public policies; P1MC

Introdução

O Trabalho do cuidado das mulheres rurais

O trabalho de cuidado advém de uma discussão mais crítica do trabalho reprodutivo e doméstico das mulheres, marcado pela discussão da divisão sexual do trabalho como dialogou com a Mourão (2023), ao falar que as mulheres estavam sobrecarregadas com as tarefas domésticas e de cuidados e isso constituía um fator limitante à autonomia crítica das mulheres, na medida em que impedia que elas dedicassem mais tempo à atuação na produção e na comercialização. E isso não se caracteriza como algo natural da mulher, como bem explica Herrera (2019), ao dizer que a atividade de cuidados está interligada à temática do gênero, uma vez que essa função é culturalmente vista como algo intrínseco à condição e ao papel das mulheres. No entanto, é importante não nos deixarmos levar pela ideia de que os cuidados se resumem apenas a suas características benéficas, que são fundamentais para a preservação da vida e para o bem-estar.

O trabalho de cuidado apresentada por Tronto (2007), como uma ação fundamental para a preservação da vida, engloba não apenas questões de sobrevivência, mas também elementos emocionais, como a atenção e o apoio, com intenção de prolongar e restaurar nosso mundo para vivermos nele da maneira mais adequada. Esse “mundo restaurado” abarca nossos corpos, nossa própria essência e o ambiente ao nosso redor, além de todos os elementos nos quais buscamos intervir de maneira complexa e sustentável.

As mulheres estão na linha de frente do cuidado, equilibrando atividades que asseguram a continuidade da vida diária com obrigações produtivas que são vitais para o progresso sustentável de suas comunidades, principalmente as da área rural e que possuem uma especificidade como argumentam Castro e Lavinhas (1992) no campo é mais evidente a união da atividade econômica e trabalho doméstico, em função de que o local de trabalho e a residência frequentemente se mesclam. Como as atividades produtivas realizadas pelas mulheres no campo geralmente não recebem remuneração ou têm pagamento muito baixo, muitas vezes essas contribuições não são levadas em conta nas estatísticas oficiais, resultando em uma subvalorização da participação feminina na produção social rural.

Autoras como Siliprandi e Cintrão (2015), indicam também que a produção das mulheres compõe a renda familiar, seja através da economia de recursos monetários que deixam de ser realizados pela produção para o autoconsumo seja pelo resultado auferido na comercialização mas esse tipo de inserção econômica (subordinada) gera uma imagem do trabalho feminino como uma atividade secundária e marginal, mesmo que, sem esse trabalho, não seja viável assegurar a reprodução física e social da agricultura familiar. O trabalho de cuidado feito pelas mulheres do campo não é apenas um reflexo de seu

papel social habitual, mas também uma demonstração de sua força e importância na manutenção da vida.

Isso implica em pensarmos sobre a necessidade de transformar esse trabalho feminino num lugar de reconhecimento e valorização. Mas essa transformação só ocorrerá pela força da ação coletiva e da conquista de políticas públicas que assegurem direitos, autonomia às mulheres no meio rural, bem como pelo fortalecimento de práticas agroecológicas que valorizam o papel central das mulheres na produção de alimentos. O trabalho de cuidado realizado pelas mulheres rurais favorece práticas sociais e culturais que fortalecem as redes de solidariedade nas comunidades como se observa na troca de vivências, com a participação em grupos e a preservação de tradições culturais, todas são maneiras de cuidado que favorecem o bem-estar coletivo e a coesão social.

As políticas públicas do cuidado são necessárias para ampliar e compartilhar as responsabilidades pública com esse trabalho partir de iniciativas governamentais que garantem direitos fundamentais, diminuem as desigualdades de gênero e fomentam a sustentabilidade social. Ao oferecer infraestrutura hídrica para garantia do consumo humano o P1MC, atua como uma política de cuidado que diminui a carga sobre as mulheres favorecendo condições mais justas de trabalho de cuidados.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo refletir sobre o tema, destacando a iniciativa do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que se configura como uma importante política de cuidado e de convivência com o semiárido, já que ao assegurar acesso à água limpa e segura e promoveu uma menor sobrecarga de trabalho doméstico contribuindo para organização do tempo e da energia dessas mulheres. O que costumava levar um terço do dia para ser feito agora leva apenas alguns minutos. Esse ganho de tempo aparentemente simples desencadeou uma série de mudanças profundas. A reflexão proposta será realizada a partir de revisão bibliográfica com uma abordagem qualitativa e está estruturado a partir de 3 pontos cruciais: 1) A região semiárida brasileira 2) A política pública de convivência com semiárido; 3) O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC).

1. A região semiárida brasileira

A região semiárida brasileira, representam 12% do território do país, abrangendo os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e uma parte de Minas Gerais, englobando 85% da área da região Nordeste, com 1,03 milhão de quilômetros quadrados de extensão e abriga aproximadamente 27 milhões de habitantes que vivem nos biomas da Caatinga e do Cerrado. A região em tela historicamente apresenta uma série de desafios sociais, econômicos e ambientais, pois a precipitação anual na área

é de cerca de 200 a 800 mm, que resulta na escassez de água da chuva e a seca torna-se um fator natural cíclico, impondo grandes dificuldades às comunidades que ali residem.

Em oposição ao “conceito da seca” esse estudo se apoia na categoria “convivência com o semiárido”, que de acordo com Duque (2008) seriam experiências originadas do conhecimento popular, desenvolvidas no intercâmbio com o conhecimento científico, convertendo-as em referências que resultam num modelo distinto de conceber a política pública. Sendo assim os saberes adaptativos são transformados num modelo alternativo para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, um modelo que se pretende mais contextualizado, participativo, resiliente e efetivamente capaz de promover o desenvolvimento sustentável e a justiça social nas particularidades regionais do semiárido. Esta perspectiva reconhece a Caatinga não como um ambiente hostil a ser dominado, mas como um bioma rico em biodiversidade e potencialidades, que exige estratégias de manejo e uso sustentável.

No intrincado contexto da escassez hídrica estrutural, as mulheres que vivem em áreas rurais como as mais vulneráveis aos múltiplos e interconectados impactos das estiagens prolongadas e da irregularidade das chuvas, pelo lugar que exercem como gestoras da água, da soberania alimentar tanto no âmbito familiar como comunitário, uma função de extrema importância para a reprodução social e a sustentabilidade da vida no semiárido. De acordo com Cintrão e Siliprandi (2015), durante os períodos de estiagem das chuvas era comum que mulheres e crianças percorressem grandes distâncias em busca de água, o que resultava num maior consumo do tempo e energia das mulheres, limitando sua participação e dedicação a outras esferas sociais como a educação, geração de renda e participação política.

Outro fator atenuante é que em contextos rurais não existe esta separação do público/privado, do trabalho de produção e de reprodução o que resulta numa maior invisibilização do seu trabalho produtivo, a partir da divisão sexual do trabalho, tradicionalmente a elas é associada o trabalho de cuidados desde a administração do lar, promoção do bem-estar familiar, a até mesmo a produção agrícola familiar especialmente aquela destinada para o autoconsumo as mulheres. O que desvela que elas desempenham uma dupla, por vezes tripla, jornada de trabalho, e em cenários de insegurança hídrica, como o do semiárido, essa carga de trabalho não remunerado e socialmente pouco reconhecido é drasticamente exacerbada, com sérias consequências para sua saúde física e mental, bem-estar e autonomia.

2. A política pública de convivência com semiárido

A política pública de convivência é um ponto de referência na busca por soluções que valorizem as características ambientais, sociais e econômicas da região semiárida do Brasil. O conceito de convivência com o semiárido difere das tradicionais abordagens que defendiam o combate à seca, que se mostrou inadequados ou insustentáveis historicamente. Em vez de tentar alterar o ambiente natural ou vê-lo como um problema a ser superado, a convivência com o semiárido sugere o uso de tecnologias, práticas e estratégias adaptadas à realidade local.

Uma das ideias principais da abordagem de “convivência com o semiárido” é garantir que as pessoas tenham acesso à água de forma independente, o que é fundamental para favorecer a agricultura familiar, melhorar os sistemas de captação e armazenamento de água, como cisternas e barragens subterrâneas, e incentivar o cultivo de plantas que resistem à seca são necessárias ações que garantem não apenas a segurança hídrica e alimentar das comunidades, mas também promovem a sustentabilidade ambiental e a autonomia das agricultoras(es). Como Expressa Malvezzi:

“O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele, não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riqueza surpreendentes” (Malvezzi, 2007, p. 26).

Esses são aspectos essenciais para que as pessoas possam permanecer na região. A captação da água da chuva é uma prática antiga e tem sido usada como uma alternativa de adaptação em várias partes do mundo onde ainda não há condições adequadas para garantir o Direito Humano à água. No semiárido, essa técnica tem sido promovida pelo Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), que é bem aceito pela população rural do semiárido brasileiro e tem sido adotado por diversas organizações da sociedade civil em suas iniciativas de desenvolvimento da região (Gandure, Walker, Botha, 2013).

Acerca das políticas públicas de convivência com o semiárido temos o já apresentado, O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que é coordenado pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), que busca fornecer infraestrutura hídrica a partir das cisternas que garantem abastecimento para o autoconsumo de forma descentralizada e de fácil acesso por estar ao lado dos domicílios. Com isso o programa fomenta transformações significativas no bem-viver das famílias rurais, além de que e gera uma redução da carga penosa do trabalho físico imposta às mulheres na busca por água, além de capacitar os beneficiários com um curso de gestão de recursos hídricos. Outra iniciativa relevante é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que estimula a produção local, valoriza os

pequenos agricultores e capacita os mercados. Essas políticas possuem uma visão social e cultural importante, reconhecendo e valorizando os conhecimentos tradicionais das comunidades que vivem na região buscam enfrentar os desafios climáticos.

3. Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) começou em 1999, a partir da luta do povo do seminário que se organizou e resultou na ASA, com propósito de ampliar as construções das cisternas, um trabalho que já estava sendo feito pela sociedade civil. Nos anos seguintes, de 2000 a 2002, projetos de teste tiveram dinheiro do Governo Federal, especialmente do MMA através da Agência Nacional das Águas (ANA). Em 2003, com a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), o P1MC foi incluído na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e começou a receber verba do Programa Fome Zero, sendo, depois, adicionado, no ano de 2004, às iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (ASA, 2011; Brasil, 2006).

A cisterna é um tanque de água com formato oval, cujas dimensões estão fincadas no solo, construída ao pé das residências, próximo à cozinha, facilitando o acesso à água para cozinhar e para beber. Segundo Alves (2003), a captação hídrica é feita por meio de calhas instaladas ao redor da casa, já que a água da chuva escorre pelos telhados, cai nas calhas e é direcionada para dentro da cisterna. Esta é mantida sempre fechada e a água permanece armazenada ali durante todo o período chuvoso, para ser utilizada somente quando a seca chegar.

De acordo com Medeiros, Silveira e Neves (2010) a ASA Brasil promove a coleta e o armazenamento eficaz da água da chuva utilizando o modelo da cisterna de placa de cimento como a melhor solução para proporcionar acesso e suprir as demandas de consumo das famílias rurais carentes na área. Essa opção está alinhada com as iniciativas de convivência com o Semiárido e é focada em pequenas ações em vez de grandes obras, além de se empenhar por políticas públicas inclusivas que se pretendem associar a um projeto de desenvolvimento sustentável para a área. Eles propagam esse modelo porque reduz o custo para construção e democratiza o acesso à água, diferentemente de obras em larga escala que não chegam a todas as famílias rurais.

As famílias que participam do P1MC são escolhidas de acordo com os critérios definidos anteriormente pelo MDS, onde o público-alvo são as famílias de baixa renda que se encontram em insegurança alimentar e nutricional, cujas casas não contam com acesso

à rede de abastecimento de água regular ou a outras fontes adequadas. Têm prioridade aquelas famílias onde as mulheres são as responsáveis pela família e que possuem um maior número de crianças e adolescentes em idade escolar, assim como idosos e/ou pessoas com deficiência física (Brasil, 2006; MDS, 2010). Um fato a ser explicitado é que a definição dos critérios de mães chefes de famílias do programa pautou-se a partir de um contexto enfrentado durante as secas onde muitas mulheres foram abandonadas no campo enquanto seus maridos migraram em busca de trabalho e muitos não retornaram. E sendo assim, elas assumiram a responsabilidade pela sobrevivência da família e são conhecidas como as “viúvas da seca” uma expressão carregada de dor e resiliência (Branco, 2000).

Um marco importante para transformação dessa política de convivência veio intermediada do VI Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro (ENCONASA), um espaço vital de debate e deliberação da sociedade civil, ocorrido no estado do Ceará em 2006. Durante este significativo evento, as agricultoras beneficiadas e técnicas que atuavam no P1MC deliberam coletivamente uma “Carta política de gênero da ASA”, que tinha como objetivo encadear uma reflexão das complexas opressões que as mulheres rurais viviam. Que dizia:

“Historicamente, a sociedade tem sido estruturada sob relações desiguais de gênero, estando as mulheres numa situação de subordinação e opressão em relação aos homens nos espaços de decisão, no trabalho, na família e na política. Isso reflete a face de uma sociedade patriarcal, que vê no homem a figura do senhor, com poder, mando e autoridade sobre as mulheres”. (ASA, 2006).

No qual levou os executores do P1MC reconhecerem que a perspectiva de gênero tinha que ser incorporada nas suas ações, mesmo que limitado no que se refere ao tema da divisão sexual do trabalho, o programa impactou diretamente as mulheres na diminuição da carga diária do trabalho de cuidado delas. Mas é importante ressaltar que a participação das mulheres não é uma exigência específica no planejamento do programa. Porém, diante do critério de desempate que favorece a seleção de famílias chefiadas por mulheres, juntamente com a obrigatoriedade da presença do responsável nas reuniões comunitárias nos cursos de capacitação que em sua grande maioria é feminina por serem elas as responsáveis pela manutenção do lar, resultou num aumento do protagonismo feminino nas questões políticas e sociais da comunidade.

Nesse panorama, O P1MC ganha uma releitura e se apresentam como uma política pública de cuidado, que se torna uma estratégia de mitigar essas desigualdades estruturais de gênero e permite uma inclusão social com a promoção da agroecologia, o incentivo às práticas coletivas e a valorização do papel das mulheres nas atividades produtivas e na gestão dos recursos. Apesar de como a perspicaz análise de Butto (2011) lança luz sobre

uma realidade crucial: as institucionalidades e as políticas públicas especificamente direcionadas à promoção da igualdade de gênero e ao reconhecimento do trabalho de cuidado no meio rural brasileiro são fenômenos relativamente recentes em sua formulação e implementação. Isso reflete que, tais políticas encontram-se, em grande medida, em uma fase de consolidação, experimentação e aprendizado institucional, carecendo de maior transversalidade nas diversas esferas governamentais e de um orçamento mais robusto e contínuo para garantir sua sustentabilidade e efetividade a longo prazo.

Conclusão

Por fim, o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres rurais, especialmente no semiárido brasileiro, é fundamental para a reprodução social e econômica das famílias agricultoras, ainda que frequentemente invisibilizado e subvalorizado. Como demonstrado, essa atividade não se limita ao âmbito doméstico, mas se entrelaça com a produção agrícola, a gestão dos recursos hídricos e a manutenção da vida comunitária, reforçando a centralidade das mulheres na sustentabilidade rural. No entanto, a divisão sexual do trabalho e a naturalização do cuidado como atribuição feminina perpetuam desigualdades, sobrecarregando-as e limitando sua autonomia.

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) emerge como uma política pública transformadora, que está alinhada à perspectiva de convivência com o semiárido onde o programa implanta uma tecnologia social, como a de cisternas para guardar água da chuva, respeitando os limites da natureza e incentivando práticas que cuidam do meio ambiente. Além de que ela mitiga os impactos da escassez hídrica sobre as mulheres e remodela o gasto do tempo para essa atividade essencial para subsistência da família e isso reconhecer formalmente o valor social e econômico do trabalho de cuidado. Elas também buscam criar condições concretas, tanto materiais quanto simbólicas, para que as mulheres rurais, em toda a sua diversidade, possam exercer plenamente sua cidadania, autonomia e direitos humanos.

Isso envolve, entre outras ações, garantir que essas mulheres participem de forma efetiva na elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas que afetam suas vidas. Contudo, é importante ampliar o acesso a serviços públicos de qualidade que possam dividir parte das responsabilidades de cuidado com o estado e de responsabilidade coletiva como, lavanderias comunitárias, creches rurais, escolas em período integral, centros de convivência para idosos e serviços de saúde voltados para as mulheres. Também é fundamental promover o empoderamento econômico dessas mulheres, apoiando suas iniciativas produtivas, facilitando seu acesso aos mercados e

valorizando seus conhecimentos e práticas tradicionais. A valorização do conhecimento tradicional feminino, o fomento à agroecologia e o fortalecimento de redes solidárias são caminhos para uma transformação mais profunda, que articule sustentabilidade ambiental, autonomia das mulheres e justiça social no meio rural.

Olhando para o futuro, os desafios incluem a adaptação dessas políticas às mudanças climáticas, que tendem a exacerbar a escassez hídrica, e a garantia de que as novas gerações de mulheres rurais tenham perspectivas de vida digna e de permanência qualificada no campo, com acesso a oportunidades e com seus direitos plenamente respeitados. Isso implica transcender a mera formulação de suas demandas setoriais e assistenciais, avançando para a construção de propostas concretas de desenvolvimento rural que integrem a dimensão do cuidado como um eixo estruturante, e não como um apêndice, e que disputem os modelos de desenvolvimento hegemônicos, muitas vezes predatórios e excludentes

REFERÊNCIAS

ALVES, Amanda Pereira. Convivência com o Semiárido Brasileiro. In: Estratégias de Convivência com o Semiárido Brasileiro: Textos e Artigos de Alunos(as) Participantes / Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder (organizadores). Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS / REDE gente SAN / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade - IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil, 2013.

ASA. P1MC: um programa construído a muitas mãos. Em: ASA. Construindo futuro e cidadania no Semiárido. Recife: 2011.

Articulação no Semiárido Brasileiro. (ASA). Carta Política VI ENCONASA. Crato, Ceará, 24 de novembro de 2006.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Orgs.). Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório de avaliação do programa: Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água. Brasília: TCU, 2006.

CASTRO. Mary G.; LAVINAS. Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In:

COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DUQUE, Ghislaine. Conviver com a seca: contribuição da Articulação no Semi Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 17, p. 133 - 140, jan./jun. 2008. Recife: Editora UFPR, 2008.

GANDURE, S.; WALKER, S.; BOTHA, J. J. Farmers' perceptions of adaptation to climate change and water stress in a South African rural community. *Environmental Development*, v. 5, p. 39-53, 2013.

HERRERA, Karolyna Marin. A Jornada interminável: A experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais. Tese Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019.

MALVEZZI, Roberto. Semiárido - uma visão holística. - Brasília: CONFEA, 2007. 140p. - (Pensar Brasil).

MEDEIROS, J. C. A.; SILVEIRA, S. M. B.; NEVES, R. S. Água e cidadania no Semiárido brasileiro: a experiência do P1MC da ASA Brasil. ANAIS... VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, Pernambuco, Brasil, 2010.

MOURÃO, Patrícia de Lucena. Mulheres do campo, das águas, da floresta e da esplanada: interações, avanços e desafios na produção de políticas públicas. 2023. 264 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Programa Cisternas Acesso à Água para Segurança Alimentar. dez, 2010.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 13-32, 2015. DOI: 10.20396/san.v18i2.8634675. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634675>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SILIPRANDI, Emma. CINTRÃO, Rosângela. Mulheres rurais e as políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para seu reconhecimento como cidadãs. o in: políticas públicas de desenvolvimento rural. organizadores catia grisa e sergio schneider. porto alegre: editora da ufrgs, 2015.

TRONTO, Joan C.. Assistência democrática e democracias assistenciais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago, 2007.